



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 192/99 de 23 de agosto de 1999.

INTERESSADO: EXECUTIVO MUNICIPAL

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: REVOGA O ARTIGO 8º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.820, DE 06 DE
JULHO DE 1999.

PROJETO-DE-LEI nº 078/99 de 19 de agosto de 1999.

COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; FINANÇAS E ORÇAMENTO.

ARQUIVADO EM: _____

meundes
Secretário-Geral

Lei nº 2.849, 25.08.99



11.01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 086/99 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 19 de agosto de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Juntamente com o presente, encaminhamos à Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 078 que **"Revoga o artigo 8º da Lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999"**.

A Lei Municipal nº 2.820/99 que criou o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM, em seu artigo 5º estabeleceu que referido Fundo é "...vinculado à Fundação CONSEPRO de apoio à Segurança Pública de Bento Gonçalves, a qual compete todos os atos necessários à administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros...".

Portanto, cabe ao CONSEPRO administrar e contabilizar os recursos financeiros do FUNREBOM.

Ocorre que, o artigo 8º da mencionada Lei Municipal faz referência a artigos da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64 que trata tão somente de orçamentos públicos. Assim, tal artigo deve ser revogado, uma vez que o FUNREBOM não entrará no orçamento do Município, pois será administrado pelo CONSEPRO.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

DARCY POZZA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Palácio 11 de Outubro
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

APROVADO	
VOTAÇÃO: <i>Unica (R.V.)</i>	
<i>por unanimidade</i>	
SALA DAS SESSÕES, <i>24/08/99</i>	
DATA	
Vereador	Presidente

PROJETO DE LEI Nº 078, DE 19 DE AGOSTO DE 1999.

**REVOGA O ARTIGO 8º DA LEI
MUNICIPAL Nº 2.820, DE 06
DE JULHO DE 1999.**

Art. 1º - É revogado o art. 8º da Lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o 'Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros' sediado em Bento Gonçalves e dá outras providências".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.

DARCY POZZA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2.820, DE 06 DE JULHO DE 1999.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O "FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS" SEDIADO EM BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCY POZZA, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Bento Gonçalves o **FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS**, com a finalidade de repassar recursos para o reequipamento, aquisição de material permanente, custeio para a realização de estudos pró-aprimoramento profissional, análise, vistorias em planos e sistemas técnicos de prevenção, combate a incêndios, construção e conservação das instalações da organização do Corpo de Bombeiros Militar sediado em Bento Gonçalves.

Parágrafo único - O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo, será identificado pela sigla de "FUNREBOM".

Art. 2º - Os recursos financeiros do "FUNREBOM" serão constituídos de:

- I - receitas provenientes de taxas sobre serviços especiais não emergenciais, aplicadas pelo Corpo de Bombeiros, conforme legislação em vigor;
- II - multas aplicadas em edificações com instalações comerciais, industriais, de diversões públicas e edifícios residenciais, excetuados os unifamiliares que não tenham cumprido com a legislação pertinente à época da concessão do respectivo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 2.820, de 06.07.99 - fl. 02

ALVARÁ e HABITE-SE. A partir da adoção da nova legislação municipal a respeito, aplica-se o disposto na Lei Estadual nº 10.987, de 11 de agosto de 1997;

III - auxílios, subvenções ou doações estaduais, federais e privadas destinadas ao Corpo de Bombeiros de Bento Gonçalves;

IV - juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilizado ou aplicações financeiras do "FUNREBOM";

V - auxílios, subvenções, dotações orçamentárias que venham a ser autorizadas por Lei ao Corpo de Bombeiros de Bento Gonçalves.

Art. 3º - Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior nos valores acima do limite para CARTA-CONVITE, de que trata a Lei nº 8.666/93, serão movimentados por expressa autorização do Conselho Diretor do Fundo, e, nos valores inferiores, por autorização de seu Presidente.

Art. 4º - O "FUNREBOM" será administrado por um Conselho Diretor composto pelos seguintes membros:

- a) Prefeito Municipal de Bento Gonçalves, Presidente Nato;
- b) Fundação CONSEPRO de Apoio à Segurança Pública de Bento Gonçalves;
- c) Comandante do Corpo de Bombeiros de Bento Gonçalves;
- d) Secretário Municipal de Finanças;
- e) Secretário Municipal de Obras;
- f) Representante do Centro da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves - CIC;
- g) Representante dos Clubes de Serviços do Município de Bento Gonçalves.

§ 1º - Por indicação do Presidente e mediante aprovação do próprio Conselho Diretor, a Presidência poderá ser exercida por outro Conselheiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 2.820, de 06.07.99 - fl. 03

§ 2º - É de iniciativa do Comandante do Corpo de Bombeiros de Bento Gonçalves o encaminhamento, através da Fundação CONSEPRO de Apoio à Segurança Pública de Bento Gonçalves, dos pedidos de liberação de recursos para seu funcionamento.

Art. 5º - O "FUNREBOM" fica vinculado à Fundação CONSEPRO de Apoio à Segurança Pública de Bento Gonçalves, a qual compete todos os atos necessários à administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros, observando o disposto no art. 3º da presente lei.

Parágrafo único - O "FUNREBOM" será depositado em conta especial, em banco oficial, que será movimentada pelo Presidente do Conselho Diretor e do CONSEPRO.

Art. 6º - O CONSEPRO, responsável pela administração do "FUNREBOM", apresentará mensalmente relatório e balancete contábil contendo a receita e a despesa para apreciação e deliberação do Conselho Diretor.

Art. 7º - Os bens adquiridos pelo "FUNREBOM" ou a ele incorporados, serão destinados ao uso da Guarnição de Bombeiros de Bento Gonçalves e integrados ao patrimônio do Município.

Art. 8º - Na constituição do "FUNREBOM" observar-se-á o disposto nos arts. 71 e 74 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - A aplicação dos recursos do "FUNREBOM" será feita na forma da legislação vigente, em especial, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, a qual trata das licitações públicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 2.820, de 06.07.99 - fl. 04

Art. 10 - Ficam isentos de pagamento de taxas e multas o Município, o Estado e a União e suas entidades administrativas diretas, autárquicas e fundacionais, os hospitais filantrópicos, os templos religiosos, as entidades com registro na Secretaria de Assistência Social - SAS do Ministério da Previdência e Assistência Social e os prédios unifamiliares.

Art. 11 - O auto de infração assinalará o prazo de 10 (dez) dias úteis para o autuado recorrer ao Comandante do Destacamento do Corpo de Bombeiros, que o relatará e encaminhará para o Conselho Diretor do "FUNREBOM", em última instância.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias no que couber.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Nos casos omissos aplicar-se-á o disposto na Lei Estadual nº 10.987, de 11 de agosto de 1997.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos seis dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e nove.

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE B. GONÇALVES
Reg. no Livro de Leis
N.º 2.820 à Fl. 54v
Landes R. Cinotto
Secretário Geral

Certifico que a presente Lei
foi publicada no lugar de costume
no dia 06/07/1999
Landes R. Cinotto
Secretário Geral

Darcy Pozza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Patricia Brun Perizzolo
PATRICIA BRUN PERIZZOLO
Procuradora Geral do Município

Registrado (a) às fls. 035
e publicado (a)
Em 06/07/99
Landes R. Cinotto

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Landes R. Cinotto
Secretário Geral



fl. 04

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves

Palácio 11 de Outubro

Parecer nº 090

Processo 192/99

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Econômica, o Projeto de Lei do Executivo, ' que "Revoga o artigo 8º da Lei Municipal nº2.820, de 06 de Julho de 1999".

Na exposição de motivos, o Poder Executivo justifica a revogação do artigo visto que faz referência a Lei Federal 4.320, a qual trata tão somente de orçamentos públicos.

Assim, do ponto de vista econômico, não ve mos impedimento para a tramitação e votação do projeto.

Palácio 11 de Outubro, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.


Econ. FORTUNATO JANIR RIZZARDO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves

1128

PARECER Nº 145

Processo nº 192/99

O Sr. Presidente encaminha para exame e parecer desta AJU, projeto de lei do Executivo, que revoga o artigo 8º da LM nº 2.820 que criou o FUNREBOM.

Segundo a exposição de motivos, a medida se torna necessária para que o Fundo seja efetivamente administrado pelo CONSEPRO, conforme determine o texto da lei e para tal necessário excluir da norma legal a referencia a Lei Federal 4.320/64, que diz respeito a orçamentos públicos.

Assim, do ponto de vista jurídico, não vemos impedimento para tramitação e votação do projeto.

s.m.j. é o parecer

Palácio 11 de Outubro, 23 de agosto de 1999

Bel. CARLOS PERIZZOLO

Bel. ULYSSES TOMASINI

Bel. FABIO MARTINI

23/08/99

Secretário Geral

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVESPARECER:

Processo N.º: 192/99

ASSUNTO: Revoga o Artigo 8º da Lei
Municipal nº 2.820, de 06 de julho
de 1999.

AUTOR:

RELATOR: Vereador

Parecer

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça desta Casa, recebe para análise e parecer, o processo de nº 192/99, que insere o Projeto de Lei nº 078, de 19 de agosto de 1999, o qual **revoga o artigo 8º da Lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999**, sendo que seus membros exaram o seguinte parecer sobre a matéria.

Tendo em vista que o FUNREBOM será administrado pelo CONSEPRO, faz-se necessária a exclusão do artigo 8º da referida Lei, pois a norma legal que diz respeito a orçamentos públicos, disposta na Lei Federal nº 4.320/64, não diz respeito à matéria que criou o FUNREBON. Por isso, a Comissão é de parecer favorável a aprovação da matéria por entender que a competência de todos os atos necessários a administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros são de responsabilidade da Fundação CONSEPRO de Apoio à Segurança Pública de Bento Gonçalves.

Sala das Sessões, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.

Jauri Peixoto
Vereador **JAURI PEIXOTO**
Presidente*Alcindo Gabrielli*
Vereador **ALCINDO GABRIELLI**
Vice-Presidente*Eugenio Rizzardo*
Vereador **EUGÊNIO RIZZARDO**
Membro Efetivo



Secretário Geral

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVESPARECER:

Processo N.º: 192/99

ASSUNTO: **Revoga o Artigo 8º da Lei
Municipal nº 2.820, de 06 de julho
de 1999.**

AUTOR:

RELATOR: Vereador

Parecer

A Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após proceder a análise do processo nº 192/99, que Revoga o Artigo 8º da lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999, - exara o seguinte parecer:

O artigo 8º da citada Lei Municipal faz referência a artigos da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, que trata - tão somente de orçamentos públicos. Assim, tal artigo deve ser revogado, uma vez que o FUNREBOM não encontrará no orçamento do Município, pois será administrado pelo CONSEPRO.

A comissão é favorável a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1999.

Vereador ENIO DE PARIS

Presidente

Vereador MÁRIO GABARDO

Vice-Presidente

Vereador CLÓRIS PASQUALOTTO

Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves

Palácio 11 de Outubro
Bento Gonçalves, 24 de agosto de 1999.

**ORGANIZA A PAUTA DA ORDEM DO DIA
PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24
DE AGOSTO DE 1999.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI, torna público que a pauta da ORDEM DO DIA para a Sessão Ordinária do dia 24 de agosto de 1999, com início às 18 horas, constam as seguintes matérias:

1. PROCESSO Nº 192/99 - Revoga o Artigo 8º da Lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999; (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

2. PROCESSO Nº 191/99 - Acresce parágrafo ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.819, de 30 de junho de 1999; (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

3. PROCESSO Nº 190/99 - Autoriza Edificações para ampliação do setor de Rádio-Diagnóstico da Sociedade Dr. Bartholomeu Tacchini e dá outras providências; (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

4. PROCESSO Nº 184/99 - Concede auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Laços da Amizade para serviços e melhorias na Sede da Entidade; (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

5. PROCESSO Nº 185/99 - Concede auxílio financeiro à Sociedade Esportiva e Recreativa Coritiba da Vila Nova para participação em Eventos Esportivos; (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

6. PROCESSO Nº 189/99 - Adita o anexo I da Lei Municipal nº 2.313, de 29.12.93, que Aprova o Calendário de Eventos do Município. (VOTAÇÃO ÚNICA - REGIME DE URGÊNCIA)

7. PROCESSO Nº 156/99 - Adita a Lei Municipal nº 2.651, de 26 de agosto de 1997, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Bento Gonçalves para o período de 1998 a 2001"; (1ª VOTAÇÃO)

8. PROCESSO nº 128/99 - Estabelece normas para a exploração do Comércio Ambulante em veículos Automotores e dá outras providências. - **Com Emendas** (1ª VOTAÇÃO)

9. PROCESSO Nº 092/99 - Autoriza o Poder Executivo ao Município a Criar o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências; (2ª E 3ª VOTAÇÃO)



12

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

10. PROCESSO Nº 060/99 - Obriga os Edifícios Públicos e Privados com mais de mil metros quadrados de área construída, localizados no Município de Bento Gonçalves, tenham uma obra de valor artístico realizada como parte integrante do imóvel, e dá outras providências; (1ª VOTAÇÃO)

11. PROCESSO Nº 169/99 - Balancete do Legislativo referente ao mês de julho de 1999. (VOTAÇÃO ÚNICA)

12. PROCESSO Nº 183/99 - Balancete do Executivo, referente ao mês de julho de 1999. (VOTAÇÃO ÚNICA)

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI,
Presidente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

Exmo. Sr.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI

Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves

APROVADO

VOTAÇÃO: *Unica*

por unanimidade
SALA DAS SESSÕES, 24/08/99.
DATA

Vereador

Presidente

Os Vereadores abaixo firmados, Líderes de Bancada, vêm à presença de V.Exa., após ouvido o Plenário desta Casa, solicitam que sejam apreciadas e votadas em Regime de Urgência as seguintes matérias:

1. PROCESSO Nº 192/99 - Revoga o Artigo 8º da lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999.

2. PROCESSO Nº 191/99 - Acresce parágrafo ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.819, de 30 de junho de 1999.

3. PROCESSO Nº 190/99 - Autoriza Edificações para ampliação do setor de Rádio -Diagnóstico da Sociedade Dr. Bartholomeu Tacchini e dá outras providências.

4. PROCESSO Nº 184/99 - Concede auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Laços da Amizade para serviços e melhorias na sede da entidade.

5. PROCESSO Nº 185/99 - Concede auxílio financeiro à Sociedade Esportiva e Recreativa Coritiba da Vila Nova para participação em Eventos Esportivos.

6. PROCESSO Nº 189/99 - Adita o anexo I da Lei Municipal nº 2.313, de 29.12.93, que Aprova o Calendário de Eventos do Município.

Neste termos,
Pedem deferimento.

Bento Gonçalves, 24 de agosto de 1999.

Ver. JAURI DA SILVEIRA PEIXOTO-PPB

Ver. AIRTON LUIZ MINUSCULI-PT

Ver. CLÓRIS PASQUALOTTO-PTB

Ver. GILMAR DALLA COSTA-PMDB

Ver. PAULO ROBERTO WUNSCH-PC do B

Ver. EUGENIO RIZZARDO - PDT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

Ofício nº731/GAB

Bento Gonçalves, 25 de agosto de 1999.

Senhor Prefeito:

Ao cumprimentá-lo, comunicamos a V.Exa. que na Sessão Ordinária realizada no dia 24 de agosto do corrente, o Plenário desta Casa apreciou e aprovou as seguintes matérias, de origem executiva:

1. Projeto de Lei nº 079/99 - Adita o anexo I da Lei Municipal nº 2.313, de 29.12.93, que Aprova o Calendário de Eventos do Município.

2. Projeto de Lei nº 077/99 - Concede auxílio financeiro à Sociedade Esportiva e Recreativa Coritiba da Vila Nova para participação em Eventos Esportivos;

3. Projeto de Lei nº 076/99 - Concede auxílio financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Laços da Amizade para serviços e melhorias na Sede da Entidade;

4. Projeto de Lei nº 081/99 - Acresce parágrafo ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.819, de 30 de junho de 1999;

5. Projeto de Lei nº 078/99 - Revoga o Artigo 8º da Lei Municipal nº 2.820, de 06 de julho de 1999;

De origem legislativa:

6. Projeto de Lei nº 014/99 - Autoriza o Poder Executivo ao Município a Criar o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências;

Sem mais, manifestamos a V.Exa. a nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI,**
Presidente.